



A NOTÍCIA

Bolsonaro recebe convite da bancada do PTB para se filiar ao partido



“Vírus segue enlutando famílias”, diz Renan Calheiros



SOLIDARIEDADE ALAGOANA

Governador destinou 10 vagas em UTI e 25 leitos clínicos a pacientes infectados do Amazonas

RENAN DISPONIBILIZA 35 LEITOS PARA SOCORRER AMAZONAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Alagoano responde a duas ações penais no Supremo Tribunal Federal

Deputado Arthur Lira não entrará na linha sucessória da Presidência caso vença eleição

CASO PINHEIRO

Braskem anuncia cronograma para famílias das novas áreas incluídas



Moradores da área de criticidade 01 também entrarão no programa



Claydon Moura foi processado por síndicos; coordenador também não paga IPTU

DÍVIDAS

Aliado de JHC é acusado de calote em condomínios e na Prefeitura



Rangel é acusado de desviar R\$ 5 milhões dos cofres de Girau do Ponciano

DESVIO

Ex-prefeito Fábio Rangel é condenado a 22 anos de reclusão



Celso Deoclécio dos Santos teria praticado o crime com a ajuda de adolescente

JUSTIÇA FEITA

Assaltante à mão armada é retirado do cargo de conselheiro tutelar



MACEIÓ NA SUJEIRA

“Pessoal, a Via Ambiental, responsável pela coleta de lixo deixou de fazer o serviço por causa da falta de pagamento da gestão passada. São mais de R\$ 4 de milhões não pagos. Notificamos a empresa para que retome imediatamente os serviços. O povo não pode pagar o pato”, informou o prefeito JHC. Durante toda gestão de Rui Palmeira, a contratação de empresa para coleta de lixo causou polêmica. Em agosto, o serviço de recolhimento de lixo em Maceió virou uma briga milionária na Justiça, após a empresa baiana Naturalle entrar com recursos para voltar a prestar o seu serviço na capital. A empresa operava sem licitação, e, ao ser realizado um processo licitatório, a empresa M Construções e Serviços Ltda foi a grande vencedora, proporcionando uma economia de R\$ 20 milhões aos cofres públicos de Maceió.

MACEIÓ NA SUJEIRA II

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) determinou o cancelamento do contrato licitatório do serviço de coleta de lixo domiciliar na capital, surpreendendo a própria Prefeitura de Maceió. Em outubro, o Ministério Público Estadual de Alagoas (MP-AL) recomendou que a Prefeitura de Maceió recorra da decisão da Justiça que determinou a contratação de uma empresa de recolhimento de lixo que perdeu a licitação realizada pelo Município.

TURISTA

Neste final de semana, Alagoas receberá uma ilustre visita do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro (Sem Partido). No próximo sábado, Bolsonaro estará em companhia de Arthur Lira, seu candidato à presidência da Câmara Federal. O convite foi para que o presidente pudesse conhecer e apreciar a Barra de São Miguel, no litoral Sul de Alagoas. Segundo

informações, o presidente virá para um final de semana de pescaria e conversa com seus colegas políticos. Biu de Lira, atual prefeito da Barra de São Miguel, também se encontrará com o Jair Bolsonaro. O senador Fernando Collor, que está em Alagoas, também conseguiu um espaço na agenda do presidente para uma conversa.

BEBÊ NO LIXO

Após três meses de investigação, a Polícia Civil de Alagoas concluiu o inquérito sobre o desaparecimento do corpo de um bebê na maternidade Nossa Senhora de Fátima, em Maceió. A conclusão é de que o corpo do natimorto foi descartado de forma não intencional junto com lixo hospitalar. O caso aconteceu em outubro de 2020. Na época, a mãe, Ariane, e

o marido, Issael Carlos da Silva, passaram pela trágica experiência de perder um filho. Com 32 semanas de gestação, eles descobriram que o coração do bebê havia parado de bater. No entanto, dois dias depois do parto, quando o pai voltou para buscar o corpo do filho para o funeral, o hospital informou que havia "perdido" o corpo da criança.

Renan Filho X Pandemia

EDITORIAL

O governador Renan Filho deu um show de solidariedade ao colocar à disposição do Governo do Amazonas 35 leitos para o enfrentamento à pandemia da covid-19. O estado amazonense sofre com o colapso da rede hospitalar, em razão do aumento do número de casos e de mortes provocados pelo novo coronavírus. Enquanto o Brasil tem um presidente que faz pouco caso da pandemia, governadores estão tendo que lidar com a questão. O nome de Renan Filho já foi até citado para ser candidato à Presidência do Brasil pelo MDB. Quem sabe isso realmente não seja uma boa ideia?

O descaso de Bolsonaro com Amazonas chega a ser impressionante. Segundo imprensa local, o colapso em Manaus tem raiz bolsonarista. Em dezembro, o governador do estado, Wilson Lira (PSC), rejeitou



apelo de cientistas pelo fechamento do comércio não essencial. Epidemiologistas emitiram uma série de alertas sobre o favorecimento das atividades econômicas poderia provocar:

Na época, a decisão – que hoje se revelou desastrosa – foi comemorada por apoiadores incondicionais do presidente Jair Bolsonaro. “A pressão do povo funcionou em Manaus. O governador voltou atrás em seu decreto de lockdown. Parabéns, povo amazonense, vocês zeraram valer seu poder”, disse a deputada federal Bia Kicis (PSL-RJ), uma das bolsonaristas mais radicais. Quem não ficou de fora da comemoração foi o filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro.

Mas essas atitudes trouxeram consequências desastrosas para a população. Bolsonarismo é um mal que tem que ser combatido em nosso país. O bolsonarismo é formado por pessoas maldosas que se travestem de cidadão de bens. São hipócritas, intolerantes e perigosos. Essa é outra epidemia que o brasileiro tem que lidar.



LAURENTINO VEIGA

ARTIGO



Economia Neoclássica

Há vinte e quatro anos fui recipiendário o valoroso livro Economia Neoclássica – Em Exercícios – do eminente professor emérito da Ufal João Barroso Filho, funcionário aposentado do Banco do Brasil, ex-integrante do Departamento de Economia que à época, formou várias gerações de economistas de Alagoas.

Homem estudioso, titular da disciplina Econometria, destacou-se com a maestria que lhe é peculiar. E, por isso, soube desempenhar suas relevantes funções a serviço da comunidade universitária. Aliás, dedicou-se de corpo e alma ao ensino universitário com desempenho satisfatório. Faz jus ao reconhecimento por tudo que realizou em prol do alunado.

A obra, por sua vez, prefaciada pelo doutor em Economia - Edmilson Correia Veras, titular do mesmo departamento de diversas discipli-

nas. E, sendo assim, reproduzo o que escrevera sobre o compêndio econômico. “O livro do Professor João Barroso Filho inova vez que cria questões ligadas a essência da teoria econômica marginalista tratadas pelos expoentes das diferentes correntes do pensamento como: Hermann Heinrich Grossen (1810-1858), Carl Menger (1840-1921), Friedrich von Wieser (1851-1926), William Stanley Jevons (1835 -1882), Antoine Augustin Cournot (1801-1877), Wilhelm Georg Friedrich Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878), Karl Gustav Knies (1821-1898), Alfred Marshall (1842-1924), dentre outros”.

Começa com a Introdução, O porquê do Texto, A Economia Neoclássica no Processo de Evolução do Pensamento Econômico, Filósofos, Escolásticos, Mercantilistas e Fisiocratas, Economia Clássica, Economia Neoclássica, Economia Socia-

lista. Na primeira parte, vê-se exercícios resolvidos a fim de auxiliar o consultante nas diversas Escolas.

“Por outro lado, os mercantilistas defendiam que a riqueza é para o homem o valor supremo, por isso, preocupavam-se em analisar as condições de seu desenvolvimento. Enquanto isso, os fisiocratas surgiram na França defendendo um sistema econômico, cujas consequências iriam trazer profunda reforma social. Com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, o Pensamento Econômico foi enriquecido com as Teorias que se emanaram de uma plêiade de pensadores, as quais criaram um conjunto de ideias que passou a se chamar de Economia Clássica.”

Um livro eminentemente versado nas diversas Escolas Econômicas. Felicito o mestre João Barroso pela iniciativa de inovar o ensino da ciência da escassez.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Martins
Editor Geral
josefernandomartins@gmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

ATENÇÃO

OS CUIDADOS CONTRA A COVID-19 CONTINUAM!



Já se passaram mais de oito meses desde o início da pandemia, mas, mesmo com a flexibilização, os cuidados contra o novo coronavírus continuam. Manter novos hábitos de higiene deve fazer parte do dia a dia, só assim você vai se proteger e também todos a sua volta. O compromisso de todos é fundamental para evitarmos um novo avanço da doença.



LAVE FREQUENTEMENTE AS MÃOS. UTILIZE ÁGUA E SABÃO, OU UMA SOLUÇÃO À BASE DE ÁLCOOL 70 .



SE TIVER FEBRE, TOSSE OU DIFICULDADE RESPIRATÓRIA PROCURE ASSISTÊNCIA MÉDICA.



USE MÁSCARA DE PROTEÇÃO.



NÃO TOQUE NOS OLHOS, NO NARIZ OU NA BOCA.



SE VOCÊ SE SENTIR DOENTE, FIQUE EM CASA.



MANTENHA O DISTANCIAMENTO SOCIAL.



GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHAR MAIS PARA FAZER MAIS

DIVIDAS

Claydson Moura foi processado por síndicos; coordenador também não paga IPTU

Aliado de JHC é acusado de calote em condomínios e na Prefeitura

Claydson Duarte Silva de Moura, conhecido como Claydson Moura ou Mourinha, coordenador do Gabinete de Gestão Integrada para adoção de medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19, empossado pelo prefeito de Maceió JHC, não tem dado bom exemplo quando se trata de pagar contas e impostos. Chegou ao A Notícia cópia de uma ação de cobrança de taxas condominiais que foi encaminhada ao Tribunal de Justiça de Alagoas. Morador do condomínio Edifício Green Village, em Guaxuma, Claydson Moura possui duas unidades residenciais no edifício e não estaria cumprindo “com suas obrigações de condômino, deixando de efetuar os pagamentos das taxas condominiais.

“Acontece que o demandado

encontra-se em débito com as Cotas Condominiais totalizando o valor de R\$ 22.846,62 (vinte e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos). Logo, o valor do débito do Demandado devidamente atualizado até 12/06/2020 é de R\$ 28.653,10 (vinte e oito mil seiscentos e cinquenta e três reais e dez centavos)3, em caso de condômino inadimplente, ou seja, acrescido de 1% (um por cento) de juros ao mês, 2% (dois por cento) de multa ao mês e 20% (vinte por cento) de honorários advocatícios sobre o montante final, no qual será atualizado até a data do efetivo pagamento, inclusive com a inclusão de novas taxas condominiais que venham a vencer e não pagas”, destacou a documentação baseada na denúncia da síndica do empreendimento.

A magistrada Maria Verônica Correia de Carvalho Souza Araújo, que recebeu o processo, informou que a audiência de conciliação e instrução será marcada a partir do mês de fevereiro. Em junho de 2017, a Prefeitura de Maceió, administrada por Rui Palmeira, acionou Moura para pagamento de dívida no valor de R\$ 1.214,57 referente a Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Taxa de Serviços Urbanos (TSU). O caso também chegou ao Judiciário, no entanto, os oficiais de justiça tiveram problemas para encontrar o réu.

E as cobranças não param. Moura ainda deveria R\$ 7.834,69 (sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos) ao Condomínio Residencial Barão de Mauá, localizado na Jatiúca.



AÇÃO

O IPTU é um tributo cobrado todos os anos pelas prefeituras e que é direcionado para as pessoas que possuem propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis localizados nas cidades. Mas o que acontece quando se deixa de pagar o IPTU? O contrib-

uinte que não pagar esse imposto terá o débito registrado na dívida ativa e isso poderá provocar a tomada de bens do proprietário do imóvel. Além disso, as empresas que possuem dívidas de IPTU não podem participar de licitações e concorrências públicas.

DESVIO MILIONARIO

Rangel é acusado de desviar R\$ 5 milhões dos cofres de Girau do Ponciano

Ex-prefeito Fábio Rangel é condenado a 22 anos de reclusão

Em 2018, o Ministério Público Estadual de Alagoas (MPEAL) ajuizou uma ação penal contra o ex-prefeito de Girau do Ponciano, Fábio Rangel Nunes de Oliveira, e mais seis pessoas e duas empresas. Todos foram acusados de desviar cerca de R\$ 5 milhões dos cofres daquele município. Agora, após analisar os argumentos apresentados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o Poder Judiciário decidiu acatar os pedidos formulados pelo órgão ministerial e condenou os acusados. O ex-gestor foi sentenciado com a maior pena: 22 anos, 7 meses e 20 dias de reclusão.

Fábio Rangel Nunes de Oliveira, Valdemir Aurélio de Oliveira – tio dele – e mais cinco pessoas, cujos nomes serão preser-

vados porque elas aderiram ao instituto da colaboração premiada, são acusados de desviar dinheiro público por meio de licitações fraudadas para suposta aquisição de medicamentos, entre os anos de 2011 e 2013.

Segundo o Ministério Público, duas empresas do ramo de distribuição de medicamentos eram utilizadas para emissão de notas fiscais falsas. Elas atestavam a suposta venda dos medicamentos e insumos, porém, esse material nunca chegou às unidades de saúde da Prefeitura de Girau. Como contrapartida por terem aceitado participar do esquema, os proprietários das duas empresas eram contemplados com pagamentos de propinas. “Trata-se de uma organização criminoso form-

ada por agentes públicos e empresários, onde todas as ilicitudes têm provas contundentes. Os donos das empresas fechavam acordo com o prefeito, e recebiam um percentual de 10 e 20% sobre os valores dos pagamentos equivalentes às mercadorias jamais fornecidas, o que servia de cortina para o desvio dos recursos públicos”, afirmou o Gaeco num trecho da denúncia.

Ainda segundo o MPAL, além das notas frias, também aconteciam pagamentos diretos ao ex-prefeito Fábio Rangel de uma propina de 10% sobre o valor da compra das mercadorias efetivamente entregues. Inclusive, a prática criminosa começou por meio desse esquema, só depois tendo evoluído para o uso de notas frias.



A condenação em regime fechado

Os réus foram condenados recentemente, a pedido do Gaeco, pelo colegiado de juízes da 17ª Vara Criminal da Capital, que tem competência para atuar no combate ao crime organizado.

Sobre a culpabilidade de Fábio Rangel, o Judiciário alegou que “os relatos dos autos demonstram premeditação e planejamento

do crime” e que, após a instrução processual, “ficou consignado que a contratação das empresas havia sido acertada previamente”, o que gerou “consequências sérias e graves, uma vez que os recursos públicos subtraídos e desviados foram orçados para custear a saúde coletiva do município de Girau do Ponciano”.

Em razão disso, o ex-prefeito

teve pena fixada em 22 anos, 7 meses e 20 dias de reclusão, devendo ser cumprida no regime inicialmente fechado. Pelas mesmas razões já expostas, os magistrados também aplicaram pena de multa de 884 dias-multa, cada um no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.

Os atos criminosos imputados

a ele são de corrupção passiva, falsidade ideológica, organização criminosa e crime de responsabilidade de prefeitos. Este último, previsto no Decreto Lei nº 201 de 27 de Fevereiro de 1967.

Valdemir Aurélio de Oliveira, tio do ex-prefeito, foi condenado pelos mesmos crimes a 16 anos, 11 meses e 15 dias de reclusão, cuja

pena também deverá ser cumprida em regime inicialmente fechado. Já a multa imposta contra ele foi de 251 dias-multa, cada um no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente.

Os demais acusados tiveram penas aplicadas que variam entre quatro anos e nove meses e 19 anos de reclusão.

HUMANITÁRIO

Governador destinou 10 vagas em UTI e 25 leitos clínicos a pacientes infectados do Amazonas

Renan Filho disponibiliza 35 leitos para socorrer Amazonas

O governador Renan Filho informou na noite desta quinta-feira (14), por meio de sua conta no Twitter, que colocou à disposição do Governo do Amazonas 35 leitos para o enfrentamento à pandemia da Covid-19. O estado da região Norte do país sofre com o colapso da rede hospitalar, em razão do aumento do número de casos e de mortes provocados pelo novo coronavírus.

À tarde, em entrevista coletiva no Hospital da Mulher (HM), Renan Filho havia revelado que recebera do governador do Amazonas, Wilson Lima, o pedido para disponibilizar leitos a pacientes daquele estado e que estava avaliando as condições da rede pública alagoana para decidir sobre a solicitação.

“Falei há pouco com o governador Wilson Lima, do Amazonas, que precisa de ajuda para enfrentar a nova onda de Covid-19. Coloquei 35 leitos à disposição dos amazonenses, 10 de UTI e 25 clínicos. Alagoanos têm solidariedade e espírito colaborativo. Vamos juntos vencer esse vírus”, escreveu Renan Filho, em postagem no Twitter.



Ainda sobre o Hospital da Mulher, a unidade receberá 29 novos leitos para tratar casos da Covid-19, diante do aumento do número de casos da doença provocada pelo novo coronavírus em Alagoas. Os novos leitos – 25 de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e quatro clínicos – já entraram em funcionamento na sexta-feira (15).

Com isso, o Hospital da

Mulher passará de 109 para 138 leitos voltados exclusivamente a casos da Covid-19, sendo 54 clínicos e 84 de UTI. Isso representa um aumento de 26,6% na capacidade de internação. “Por um lado, estamos aumentando leitos de UTI e clínicos para tratar pacientes com a Covid-19, mas, por outro, é fundamental pedir ao cidadão que colabore. O número de casos e de pessoas que precisam se internar

tem aumentado, por isso voltamos a ampliar leitos”, observou Renan Filho, que inspecionou os novos leitos junto ao secretário de Saúde do Estado.

O HM possui, ainda, dez leitos de UTI pediátrica, cuja quantidade não foi alterada. “Somente aqui no Hospital da Mulher temos mais leitos de UTI do que em toda a rede privada de Alagoas para Covid. Essa ampliação requer um

aumento na contratação de profissionais, na utilização de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), de insumos, então a população precisa colaborar, porque temos um limite e não podemos estressar esse limite; temos uma capacidade de ampliação, mas não podemos correr o risco de que ela se esgote”, ponderou Alexandre Ayres, chefe da pasta da saúde.

SAÚDE

Conselho pede ao governo uma campanha ampla de vacinação

CFM diz que vacina possibilita redução do número de casos de covid-19

O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou uma nota na qual, além de se manifestar favorável à vacinação contra o covid-19, “clama às autoridades a adoção de uma ampla campanha de vacinação”, que permitirá ao país “lograr êxito em sua cruzada” contra a pandemia. A manifestação se dá após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter dado o aval positivo em relação à segurança e à eficácia dos imunizantes.

De acordo com o CFM, “os resultados divulgados apontam taxas de eficácia que tornam possível a redução do número de casos de covid-19 de maneira geral e, em particular, em relação às formas graves da doença”, informou por meio de nota. “A imunização de grande

parcela da população é fundamental para que haja redução significativa da circulação do vírus e, consequentemente, da transmissão. Assim, espera-se controlar o avanço da pandemia e permitir a retomada plena das atividades econômicas e das relações em sociedade, tão logo grande parte da população esteja vacinada”, complementa do conselho.

O CFM ressaltou ser necessário respeitar as decisões tomadas pela Anvisa no que se refere à aprovação emergencial ou definitiva das vacinas, e com relação à transparência nos processos decisórios, bem como de monitoramento e fiscalização no período pós-vacinação. Pede, ainda, a valorização do Programa Nacional de Imunização.

A imunização de grande parcela da população é fundamental para que haja redução significativa da circulação do vírus e, consequentemente, da transmissão





UMA DÉCADA DE UNIÃO

O casal Willames de Melo e Eloisa de Melo comemoram nesse mês de janeiro 2021, dez anos de matrimônio. Dessa união nasceu o único herdeiro do casal, o primogênito Cauã de Melo. Felicidade e Amor aos eternos namorados.

SOLIDARIEDADE EM ALTA

Moradora do município de Barra de Santo Antônio, Litoral Norte de Alagoas, Sarah kawanny Raposo, uma jovem de 20 anos, vinha pedindo ajuda nas redes sociais para arrecadar o valor necessário à realização de uma cirurgia para troca de uma válvula de drenagem no cérebro,

devido a um quadro de hidrocefalia. Graças a solidariedade das pessoas, a vaquinha na internet chegou a arrecadar mais de 14 mil reais, cuja meta seria 35 mil, será desativada. Segundo a mãe de Sarah, o restante do valor foi alcançado através de depósitos bancários.

ENTROU NO CAUC

O município de Traipu está inabilitado para receber recursos federais devido a situação de inadiplência no Cadastro Único de Exigências para Transferências

Voluntárias (CAUC). De acordo com a gestão do prefeito Lucas Santos, a situação acaba comprometendo o desenvolvimento da cidade.

CONCURSO

O Diário Oficial da União (DOU) publicou o edital do concurso para a Polícia Federal (PF). No total, serão ofertadas 1,5 mil vagas para os cargos de agente, escrivão, papiloscopista e delegado. Os interessados deverão se inscrever no site. Os salários iniciais variam de R\$ 12 mil a R\$ 23 mil. As inscrições terão início em 22 de janeiro e terminam no dia 9 de fevereiro. Os valores da inscrição variam conforme a car-

reira: R\$ 180 para os cargos de agente, escrivão e papiloscopista e R\$ 250 para delegado. O pagamento deverá ser efetuado até 3 de março. Candidatos que desejam solicitar a isenção da taxa de inscrição poderão fazê-lo em link específico no site da banca organizadora, no período das inscrições. Além das 1,5 mil vagas, o certame ainda vai reservar 500 vagas para a formação de cadastro de reserva.

SEM ESCRUPULOS



NOME: CELSO DEOCLÉCIO DOS SANTOS

Celso Deoclécio dos Santos teria praticado o crime com a ajuda de um adolescente

Conselheiro tutelar é afastado do cargo acusado de assalto a mão armada

O protegido do ex-prefeito de Maceió, Rui Palmeira, perde o cargo de conselheiro por causa do roubo à mão armada na companhia de um adolescente. Trata-se de Celso Deoclécio dos Santos. No dia 9 de janeiro, a juíza Maria Lúcia de Fátima Barbosa determinou a suspensão da posse do conselheiro e ordenou o afastamento do cargo no Conselho Tutelar.

“No caso em tela, tanto a parte autora quanto o Ministério Público sustentam que o réu não possui idoneidade moral para exercer as funções do cargo de Conselheiro Tutelar da Capital, pré requisito exigido no art. 133, inciso I, da Lei 8.069/90 (ECA), alegando, em suma, que o mesmo foi preso em flagrante, pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II do Código Penal Brasileiro, o que resultou na ação penal de n.º 0719215-96.2014.8.02.0001, ainda em trâmite na 3ª Vara Criminal da Capital. Fundado nesse motivo, o mesmo não reuniria condições de exercer, e sequer concorrer, ao cargo para o qual foi eleito, qual seja o de Conselheiro Tutelar desta Capital, no pleito acontecido em 2019”, detalhou a magistrada.

E continuou: “A presente discussão já foi alvo inclusive de processo administrativo de impugnação à candidatura do réu junto à Comissão Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maceió, que, na ocasião, decidiu pela manutenção do candidato, fundamentando sua decisão no princípio da presunção de inocência, uma vez que a ação penal não havia transitado em julgado”.



DECISÃO

Juíza diz que conselheiro não tem idoneidade moral

“A previsão de reconhecida idoneidade moral trazida no Estatuto da Criança e do Adolescente é pressuposto imperativo para o exercício do cargo, portanto, a existência de provas que apontem para eventual mácula nesse pré requisito, torna imperativo o afastamento do Conselheiro Tutelar de seu cargo. A idoneidade moral deve ser entendida como o conjunto das virtudes e qualidades de uma pessoa, reconhecida em sua comunidade como um cidadão que cumpre seus deveres e por isso, é merecedor do respeito e da confiança de todos. A prática de condutas irregulares, inapropriadas e incompatíveis com a natureza do importante cargo de conselheiro tutelar, denota ausência do requisito da idoneidade moral exigido pelo ECA em seu art. 133, inciso I”, argumentou.

E sentenciou: “Ante o exposto, considerando que não restou preenchido o requisito da idoneidade moral do réu, com fulcro no art. 133, I do Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 300 do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência pleiteada, e em conformidade com o parecer do Ministério Público, determino a suspensão dos efeitos da posse, inclusive com relação à remuneração, e o afastamento do cargo de Conselheiro Tutelar do réu, devendo ser intimada a Presidente do CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de dar cumprimento a esta decisão e adotar as providências administrativas cabíveis para admissão do suplente”.

Celso Deoclécio dos Santos foi preso em flagrante em 2014 por roubo majorado usando um menor de idade para participar do esquema criminoso.

CASO PINHEIRO

Moradores da área de criticidade 01 também entrarão no programa

Braskem anuncia cronograma para famílias das novas áreas incluídas

Cerca de 1.200 imóveis das áreas de criticidade 00 do mapa da Defesa Civil darão entrada no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação da Braskem no próximo dia 20. Esses imóveis foram incluídos no Programa por conta de um aditivo ao Termo de Acordo assinado pela Braskem e autoridades*, no último dia 30 de dezembro.

Também entrarão no Programa os imóveis da área de criticidade 01, que nos próximos dias terá seu cronograma divulgado.

Os 1.200 imóveis vão integrar a Zona H do Programa de Compensação e deverão ser desocupados de maneira prioritária, seguindo o mesmo procedimento adotado nas demais zonas já atendidas. Os moradores terão direito

aos auxílios financeiro, aluguel e indenização, além dos demais serviços oferecidos pelo Programa. A compensação financeira dessas famílias começará em julho de 2021.

O acordo também determina que, a partir de agora, todos os moradores da área de criticidade 01 do mapa atualizado pela Defesa Civil entrarão no

Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação. O cronograma de selagem e realocação será divulgado em breve. A entrada dos moradores dessa área no fluxo de compensação financeira ocorrerá a partir de outubro de 2021.

Nessa área 01, as famílias podem aguardar para fazer sua mudança. Neste caso, o morador

poderá permanecer em seu imóvel até o recebimento da compensação financeira, ou até a data-limite de 31 de dezembro de 2022 – o que ocorrer primeiro. A qualquer momento, entretanto, podem solicitar à Junta Técnica uma avaliação da integridade de seu imóvel e das condições seguras de habitação, para decidir sobre sua permanência ou realocação.

Despesas extras

Novas definições foram feitas no aditivo, a partir de demandas da comunidade.

Para os casos de imóveis residenciais em que a família comprove a necessidade de valores adicionais para alugar um novo imóvel, compatível com o imóvel desocupado, a Braskem fará um adiantamento da indenização, no valor de R\$ 6 mil, para cobrir despesas adicionais. Durante o fluxo de compensação financeira, o morador deverá comprovar a utilização desse valor, para evitar que ele seja descontado no pagamento final.

Em relação aos comércios, também houve mudanças. Os microempreendedores individuais e os empresários que desenvolvam atividade econômica de maneira não formal terão direito a um adiantamento no valor de R\$ 10 mil para cobrir gastos adicionais com a realocação, caso seja comprovada a necessidade. Para empresas de micro, pequeno, médio e grande porte, o valor a ser antecipado será definido individualmente a partir da comprovação da necessidade. Nos próximos dias, a Braskem irá divulgar os documentos necessários, os critérios para a solicitação dos adiantamentos e prazos.



ALAGOAS

O valor soma R\$ 200 milhões em todo o Estado

Contratações do Banco do Nordeste com MPEs crescem 50% em 2020

As micro e pequenas empresas de Alagoas contrataram 50% a mais em financiamentos com o Banco do Nordeste, em 2020, se comparado com o ano anterior. O valor, que soma R\$ 200 milhões em todo o Estado, representa cerca de 2 mil operações de crédito, destinadas tanto para investimento como para capital de giro.

"Em um ano difícil, com os desafios impostos pela pandemia, o BNB obteve maior crescimento jus-

tamente com o público que mais sentiu os efeitos da crise, e as MPEs são exemplo de segmento que recebeu esse apoio do Banco e aumentou a demanda por recursos para manutenção dos negócios e adaptação à nova realidade", avalia o superintendente estadual do BNB, em Alagoas, Sidinei Reis dos Santos. Quanto à distribuição geográfica desses recursos no Estado, houve uma interiorização do crédito, com maiores altas nos valores



contratados com MPEs das regiões de Olho D'Água das Flores (141%), Santana do Ipanema (121%) e Palmeira dos Índios (84%).

Já as empresas da capital ficaram com 30% do total dos créditos contratados com o segmento, crescendo 37% em relação aos financiamentos realizados em 2019. A maior parte desse crédito (75%) foi voltada para MPEs do setor de comércio e serviços do Estado, seguida pelo industrial e rural. Do

total destinado às micro e pequenas empresas, 35% foram recursos emergenciais, com taxas que batiam os 2,5% ao ano. Sidinei ressaltou que "as condições do crédito ofertadas permitiram que muitos empresários não fechassem as portas, principalmente os do comércio e serviços; eles se reinventaram e transformaram os negócios com investimento em delivery, nos meios digitais e na customização dos produtos às novas necessidades do cliente".

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Alagoano responde a duas ações penais no Supremo Tribunal Federal

Deputado Arthur Lira não entrará na linha sucessória da Presidência caso vença eleição

Se for eleito presidente da Câmara em fevereiro, Arthur Lira (PP) não poderá ocupar um posto na linha sucessória da Presidência da República e assumir o cargo temporariamente em caso de ausência de Jair Bolsonaro e do vice, Hamilton Mourão. A Constituição determina que o presidente da Câmara é o sucessor seguinte, mas, em julgamento ocorrido em 2016, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou que réus não podem assumir a Presidência da República.

Lira responde a duas ações penais no Supremo. Em 7 de dezembro de 2016, o STF definiu que políticos que são réus podem assumir a Presidência da Câmara ou do Senado, mas ficam fora da linha sucessória da Presidência. À época, houve duas ações no STF questionando os casos de Eduardo Cunha e Renan Calheiros, que presidiram Câmara e Senado naquele ano.



No caso de Renan, o ministro Marco Aurélio Mello chegou a dar uma liminar afastando o senador da presidência da Casa após virar réu. Renan recusou-se a receber e cumprir a liminar, e recorreu à Corte. O plenário então definiu, de forma liminar, a regra que vigora até hoje: um político réu pode ser presidente de Casa Legislativa, mas não ocupar a Presidência da República. Essa decisão também é liminar, ou seja, é provisória.

O julgamento definitivo ainda não ocorreu. — Pela dicção do Supremo, [réu] pode estar na cadeira de presidente da casa legislativa, só que aí não substitui [o presidente da República]. Não substituindo, passa-se ao seguinte, no caso o presidente do Senado. Se o presidente do Senado também estiver a responder processo, passa-se ao presidente do Supremo — diz Marco Aurélio.

O advogado de Lira,

Pierpaolo Bottini, já em 2016 criticou a decisão do STF. Ele mantém sua opinião: — O presidente da República, realmente, se tiver uma ação penal recebida, fica afastado do cargo. Mas se tiver uma ação penal recebida por um ato praticado no exercício das funções. No caso de Arthur Lira, a ação penal é recebida por um fato evidentemente sem nenhuma relação com eventual sucessão do presidente da República.

CONVIDADO

Bolsonaro recebe convite da bancada do PTB para se filiar ao partido

Atualmente sem partido, o presidente Jair Bolsonaro recebeu, na manhã de quarta-feira, 13, a bancada do PTB no Palácio do Planalto. Segundo parlamentares, a legenda convidou o chefe do Executivo a se filiar à sigla. Na mesa, também esteve em pauta o auxílio emergencial, ajuda paga pelo governo até o fim do ano passado.

“Nós viemos fazer um convite para ele ir ao PTB, reforçar o nosso compromisso para, a partir de janeiro, ele estar conosco”, apontou o deputado Paulo Bengston (PTB-PA). Além dele, também estiveram na reunião os deputados Wilson Santiago (PB), Emanuel Pinheiro Neto (MT), Marcelo Moraes (RS), Nivaldo Albuquerque (AL) e Santini (RS).

Desde que deixou o PSL, o presidente e seus aliados tentam fundar o Aliança Pelo Brasil, no entanto, o projeto ainda não conseguiu o número mínimo de assinaturas para ter o registro na Justiça Eleitoral.

Em dezembro, Bolsonaro prometeu um “partido de direita” para abrigar as candidaturas que irão lhe apoiar no projeto de reeleição em 2022. O chefe do Planalto afirmou que, caso não consiga criar um partido próprio, irá se filiar a alguma legenda existente até março. E reclamou de burocratização.

“Está difícil, burocratizou-se muito a questão da formação de partido. Se eu tivesse feito lá atrás um partido, alguns anos atrás, sem problema nenhum. Agora decisão minha: março, se o Aliança não estiver formado em março, é possível formar, sim, mas se não estiver formado, já estou namorando aí alguns partidos, vou fechar com um, para esse pessoal poder se preparar para 2022”, disse.

COVID-19

Fala foi referente à morte do ex-senador Maguito Vilela

“Vírus segue enlutando famílias”, diz Renan Calheiros

Senadores lamentaram a morte do prefeito de Goiânia e ex-senador Maguito Vilela, aos 71 anos, na madrugada desta quarta (13). O político estava internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, desde outubro, quando contraiu covid-19. Mesmo doente, Maguito liderou a corrida pela prefeitura e foi eleito em segundo turno, no fim de novembro. Ele tomou posse na UTI, por assinatura eletrônica, em 1º de janeiro e licenciou-se logo depois.

Em nota, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que o dia é “especialmente triste” para o estado de Goiás e destacou que Maguito Vilela lutou “bravamente” contra a covid (veja a íntegra abaixo).

“Foram 45 anos de vida pública. Quase meio século de serviços prestados. Um grande brasileiro. Uma grande perda. Meus sinceros sentimentos à família, aos amigos, aos goianos e aos admiradores de Maguito por todo o Brasil”, disse Davi



Nas redes sociais, parlamentares elogiaram a vida pública de Maguito. O senador Ciro Nogueira (PP-PI), lamentou o fato de Maguito não ter se recuperado a ponto de assumir efetivamente a cadeira. Ele se solidarizou com a família, ressaltando que a confiança dos goianos no político se comprova pelos diversos cargos públicos que ele ocupou ao longo da vida.

“Maguito é dono de uma bela história de serviço ao estado de Goiás. Na última eleição, foi escolhido para a prefeitura da capital mesmo tendo passado parte do período de campanha já hospitalizado. Isso prova a confiança da população em sua força e capacidade. É uma pena



que ele não pôde assumir efetivamente esse mandato. Meus sentimentos à família”.

O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) lamentou a morte, mencionando episódio em que apresentou o narrador de esportes Galvão Bueno a Maguito, então governador de Goiás, em 1997.

“Os dois viraram amigos. Todo aniversário de Galvão, o único político convidado era Maguito. Goiás está aos prantos. Kajuru, ser humano, está sem palavras” — disse.

Outro representante de Goiás, o senador Vanderlan Cardoso (PSD) expressou sentimentos à família, declarando que “Goiânia per-

de um grande gestor, Goiás e o Brasil perdem um grande político e nós perdemos um grande amigo”. Também senador por Goiás, Luiz do Carmo (MDB), disse que Maguito foi um “grande homem e um grande gestor”, prestando suas condolências à família.

Líder do MDB, partido ao qual Maguito era filiado, o senador Eduardo Braga (AM) publicou uma nota de pesar. Ele lembrou do carinho que Maguito Vilela sempre teve com os amigos e o povo de Goiás.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) disse que o vírus segue enlutando famílias. E se referiu a Maguito como “um amigo querido, companheiro do MDB, prefeito de Goiânia e um dos melhores quadros políticos do país”.

Já o líder do Podemos, senador Alvaro Dias (PR), escreveu: “Luto. Morre Maguito Vilela, prefeito de Goiânia, depois de vitoriosa carreira política, foi derrotado pela covid-19. Muita dor e sofrimento. Meus pêsames e solidariedade”.